

# Firma reconhecida

**Tribunal de Justiça de São Paulo adotará tecnologia que permite assinatura digital dos magistrados em processos**

**O**s desembargadores e juizes do Tribunal de Justiça de São Paulo estão ansiosos pela estréia de uma tecnologia que deixará mais ágil a tramitação de processos no Poder Judiciário do maior Estado do País. Em breve cada magistrado ganhará um equipamento no qual poderá assinar digitalmente os seus despachos. Hoje existem 15 milhões de processos em andamento que transformam o simples ato de assinar um documento numa atividade enfadonha e cansativa para os juizes. Com a ajuda de um software desenvolvido em Israel e importado pela brasileira Sycad, os juizes serão mais rápidos e eficientes nessa tarefa. O TJ encomendou 15 mil pontos de assinatura digital para atingir todos os envolvidos de alguma forma na tramitação de um processo. No segundo momento, a idéia é permitir esse recurso para os advogados que poderão enviar suas petições ao TJ sem a necessidade de sair dos seus escritórios. Nesse parte do projeto o banco oficial Nossa Caixa deve financiar a juros razoáveis a

compra de equipamentos e dos softwares. A Sycad e a Nossa Caixa engrossam a relação de empresas envolvidas nessa operação. Fazem parte da lista, por exemplo, a companhia de Processamento de Dados de São Paulo (Prodesp) e a Serasa. “É uma pequena revolução dentro do mundo judicial brasileiro”, afirma José Olavo de Assis, gerente de produtos da Sycad. O nome técnico da tecnologia é bem pomposo: biometria dinâmica de assinatura. Ele serve



para dizer que a ação no TJ está além da simples certificação digital. Para validar o documento, o magistrado precisa assiná-lo com uma caneta especial que funciona em tablets PCs (laptops nos quais possível escrever na tela) ou até em computadores de mão comuns, como o Palm. A única exigência do sistema é que o equipamento esteja conectado à internet de maneira segura ou funcionando dentro da própria rede de computadores do TJ. Cada juiz ou desembargador terá o seu próprio tablet. Ao assinar, o desembargador ou juiz terá sua assinatura reconhecida no banco de

**Volume**

**15 MILHÕES**

**de processos estão em andamento no TJ São Paulo**

dados do tribunal a partir de sete parâmetros. Os mais importantes são a velocidade, o ritmo e a angulação na hora de fazer a assinatura. “A tecnologia permite, por exemplo, assinar direto o documento no editor de textos”, diz Assis. A segurança em torno da operação é dez maior que as operações convencionais que envolvem certificação digital. A utilização de tecnologia no mundo nacional ainda é incipiente. Essa resistência pode ser encontrada no próprio Poder Judiciário e também nos escritórios de advocacia. Mas, ao que parece, sem tecnologia os integrantes desse segmento ficarão submersos em processos e mais expostos à crítica pela morosidade dos seus atos. Os tribunais superiores estão na dianteira dessa massificação da tecnologia. No Congresso Nacional há um projeto em andamento do deputado do PT paulista, José Eduardo Cardoso, que regulamenta na justiça brasileira o processo virtual. Caso seja aprovado, o projeto disseminará por todos os TJs essa nova forma de fazer justiça no século XXI.